



Estelionatários que aplicavam golpes em servidores públicos são presos

A Polícia Civil de Minas Gerais realizou investigação de repressão qualificada aos crimes de organização criminosa e estelionato, que terminou com a prisão de Alexandre Saliba de Souza, 46 anos, Stephanie Caroline de Oliveira Saliba, 23, Alexia Nathanie de Oliveira Saliba, 20, Clênia Lúcia de Oliveira, 46, e Fernanda Ataíde Pongeluppi, de 27 anos, na terça-feira (12), em Belo Horizonte.

Divulgação PCMG

Delegado da 1ª Delegacia de Polícia Civil Centro, Rogério Cedrola; Chefe do 1º Departamento de Polícia Civil, Rafael de Souza Horácio; e o Delegado da Regional Centro Marcelo Cali.

De acordo com o Delegado Rogério Cedrola, que coordenou as investigações, a organização criminosa, através da Associação dos Servidores Públicos Estaduais e Federais (Aspef), aplicava golpes em servidores do Estado de Minas Gerais. “Essa associação, formada um por grupo familiar, passou a inserir de forma ilícita contratos de planos de seguro de vida que eram descontados diretamente nas folhas de pagamento de funcionários públicos do Estado. Mas a associação não tinha a autorização e nem os contratos para efetuarem esses descontos”, contou.

O Delegado revelou como a associação conseguia os dados dos servidores para lançá-los no sistema. “Eles obtinham os dados através de contratos que a associação possuía com empresas de terceiros, que faziam contratos lícitos com funcionários públicos. E a partir desses contratos, que tinham com terceiros, e acesso aos dados cadastrais, o grupo passava a inserir esses descontos nos contracheques de forma ilícita”, disse.

Divulgação PCMG

Presos

A investigação contou com um contrato de cooperação técnica assinado com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (Seplag). “A partir desse contrato, obtivemos os dados de arrecadação da associação e números de implementação de seguro de vida realizados pela associação. Com essa cooperação, o Estado ajudou a PCMG a analisar todos os documentos apreendidos”, pontuou o Delegado. Cedrola acrescentou que “a associação estava tendo uma arrecadação mensal entre R\$ 65 mil e R\$ 68 mil. E que durante todo o período que o grupo criminoso existiu, tanto no início de forma lícita, e depois que ela passou a alimentar o sistema de forma ilícita, o valor total movimentado por ela chegou a quase R\$ 1 milhão”, revelou Rogério.

De acordo com as investigações, alguns servidores quando percebiam algum erro em seus contracheques iam até a associação para esclarecer a situação. “Eles que procuraram o grupo para cancelar o contrato. No local, com medo de que se descobrisse a fraude, o dinheiro descontado era devolvido para esses servidores”, contou.

Os suspeitos foram indiciados pelos crimes de estelionato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da Justiça e falsa comunicação de crime. “Finalizamos as investigações e passamos o inquérito para apreciação do Poder Judiciário com o pedido de prisão preventiva e inclusive com o pedido de suspensão do contrato deles com a Seplag”, concluiu o Delegado.

Acompanhe o [facebook](#) da Polícia Civil
Gabinete do Delegado Assistente da Chefia da Polícia Civil
Assessoria de Comunicação – PCMG
(31) 3915-7182 - (31) 3915-7192
imprensa.pcmg@gmail.com